

CJF e CNJ assinam termo de cooperação para promover inovação no Judiciário



O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Humberto Martins, assinou nesta terça-feira (15) um termo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o aperfeiçoamento das políticas judiciárias, a partir da perspectiva da inovação e da efetividade na prestação jurisdicional.

“Trata-se de uma iniciativa ainda inédita de integração das atuações do CJF e do CNJ, com a finalidade de estabelecer as bases para a cooperação mútua entre tais conselhos, para que possamos somar esforços para a superação do enorme desafio que é organizar um serviço de prestação jurisdicional de qualidade a toda a população do país”, comentou Humberto Martins durante a assinatura do termo.

O presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, disse que a expressão “Justiça 4.0”, utilizada no termo de cooperação, projeta a imagem de um Judiciário eficiente, que sabe fazer mais com recursos escassos.

“Na era digital em que vivemos, a inteligência artificial consegue realizar em cinco segundos tarefas que um servidor levaria o dia todo fazendo. Com isso, podemos aproveitar melhor os recursos humanos para entregar uma prestação jurisdicional cada vez mais eficiente”, declarou Fux.

Justiça 4.0 - De acordo com o termo de cooperação, o CJF e o CNJ atuarão no desenvolvimento de estudos e metodologias, e na criação de mecanismos e instrumentos que potencializem a implantação, a disseminação e a sustentação de capacidades técnicas, conceituais e operativas voltadas para o aperfeiçoamento das políticas judiciárias, a partir da perspectiva da inovação e da efetividade na prestação jurisdicional para toda a sociedade brasileira.

Em ações práticas, a cooperação se dará por investimentos no projeto Justiça 4.0, que trará maior capacidade de

inovação, e no desenvolvimento de ferramentas para dar mais eficiência, efetividade e transparência ao sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Segundo o ministro Humberto Martins, é preciso ter cuidado para que a grande diversidade presente na sociedade brasileira não se transforme em desigualdade na prestação de serviços fundamentais.

“É preciso garantir que o cidadão do Amapá e do Rio Grande do Sul tenham assegurados seus direitos com a mesma segurança, efetividade e correção. É preciso que o Poder Judiciário, que é um só em todo o Brasil, esteja preparado para ser um agente garantidor de tais direitos, fomentando cada vez mais o desenvolvimento das condições necessárias para que nossa população tenha cidadania plena”, declarou o magistrado.

Além dos benefícios para o Poder Judiciário, o presidente do STJ e do CJF disse que ganha também a sociedade brasileira, que deposita na Justiça a esperança de um país melhor. O ministro Luiz Fux agradeceu ao ministro Humberto Martins pelo empenho no desenvolvimento de ferramentas para modernizar a Justiça.

Segurança da informação é enfatizada em discurso do presidente do TRF1 durante abertura do Enastic JF



O presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Italo Fioravante Sabo Mendes, destacou que uma das principais preocupações de sua gestão é com a segurança da informação para garantir a condução do processo eletrônico e a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados, a LGPD. “Precisamos de segurança no acesso aos sistemas de informática. A tecnologia da informação é fundamental para o processo eletrônico, e o Judiciário não sobrevive mais sem essa tecnologia. Vamos pensar no futuro e avançar”, afirmou.

Esse pronunciamento do presidente fez parte do discurso de abertura, na manhã desta segunda-feira, 14 de dezembro, do Enastic Justiça Federal, Encontros Nacionais de Tecnologia, Inovação e Cultura, realizado em parceria pelo TRF1 e o Judiciário Exponencial. A

ideia é debater o aprendizado e o desenvolvimento de novas ferramentas e habilidades que auxiliem na comunicação e no fluxo de processos de trabalho em diversos segmentos do Ecossistema de Justiça a partir da Tecnologia, da Inovação e da Cultura. A proposta também envolve a discussão do desafio de quebrar paradigmas em uma era de inovação tecnológica ascendente para instituições e sociedade.

Italo Fioravante Sabo Mendes defendeu a realização com mais frequência de encontros como o Enastic para mais trocas e preparo dos profissionais da área. De acordo com o presidente do TRF1, a tecnologia foi grande aliada da Justiça durante a pandemia do novo coronavírus. “Eu imagino como será o Judiciário daqui a 30 ou 40 anos por conta da tecnologia, mas a pandemia fez o Judiciário brasileiro avançar em pelo menos duas décadas, e nós demos um exemplo de adaptação aos novos tempos com uma atuação pronta e eficaz da Justiça a partir do uso de tecnologias que permitiram que o trabalho não parasse”, explicou.

TRF da 1ª Região é o primeiro tribunal brasileiro a adotar o Diário de Justiça Eletrônico Nacional



Atos judiciais da Justiça Federal da 1ª Região referentes aos processos que tramitam no Processo Judicial Eletrônico (PJe) passaram a ser publicados, desde a última quarta-feira, 9 de dezembro, no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (Djen).

Com essa medida, que contou com o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal Regional Federal da 1ª Região se tornou o primeiro tribunal brasileiro a adotar o Djen como ferramenta de publicidade dos atos judiciais.

Os atos relativos a processos que tramitam em outros sistemas – que não o PJe – continuarão, temporariamente, sendo publicados no e-DJF1. Até 1º de janeiro de 2021 deverá ocorrer a completa implementação do Djen na Justiça Federal da 1ª Região.

Tanto o Djen quanto o e-DJF1 poderão ser acessados por meio do portal do TRF1, na página “Diário Eletrônico de Justiça”.

Diário de Justiça Eletrônico Nacional – O Djen, instituído mediante a Resolução CNJ 234, foi criado para substituir os diários de justiça eletrônicos publicados diariamente pelos tribunais na intenção de reunir todos os atos judiciais na mesma plataforma.

Para saber mais sobre o Djen, acesse: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_234_13072016_15072016134622.pdf

Aniversariantes

Hoje: Marcos Antonio dos Santos (Feira de Santana), Mario Cesar Baptista de Andrade (19ª Vara), Lindomar Queirino de Queiroz (23ª Vara), Rommel Robatto (Numan) e Mariana Tiburcio de Oliveira (Turma Recursal).

Amanhã: Igor Rodrigo Silva Souza (Nucaf), Marcos Paulo Miguel dos Anjos (Itabuna) e Alain Hegno Santana da Silva (18ª Vara).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.